

A Primavera Árabe e o impacto em Angola

1. Introdução

A expressão *Primavera Árabe*, numa clara alusão à Primavera de Praga (de Janeiro a Agosto de 1968), deveu-se a um evento iniciado na Tunísia, em 18 de Dezembro de 2010, devido à auto-imolação de um engenheiro, de nome Mohamed Bouazizi, como forma de protesto contra a corrupção policial e maus tratos que os vendedores ambulantes sofriam nas mãos das autoridades.

Este acto desesperado, que terminou com a própria vida de Bouazizi, daria consequência ao que, mais tarde, viria a ser reconhecido por Primavera Árabe, desdobrou em inúmeros protestos na Tunísia, seguidos de uma onda de instabilidade que atingiu a Argélia, Jordânia, Egipto e o Iémen, com as maiores, e mais organizadas manifestações que ocorrem em um “dia de fúria” (Guidère, 2012). Mais tarde atingiram a Líbia, a Turquia e a Síria.

Dava-se início a uma revolução democrática nos países árabes, no “umbigo do Mundo” (Tomás, 2013). Para isso, muito contribuíram as chamadas “redes sociais” que sustentaram um forte papel para o derrube de muitas das autocracias que vingavam, há anos, no norte de África, Médio Oriente e na Península Arábica.

Recordemos os derrubes dos presidentes da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali, que fugiu para a Arábia Saudita, em 14 de Janeiro de 2011, na sequência dos protestos revolucionários tunisinos e que ficariam reconhecidos como a *Revolução de Jasmim*; de Hosni Mubarak, no Egipto, a 11 de Fevereiro de 2011, na sequência de 18 dias de protestos em massa na celebrada Praça Tahrir, (Praça da Libertação), também reconhecidos por *Revolução da Juventude*, finalizando um mandato de 30 anos do déspota egípcio – de notar, todavia, que a esta queda sucedeu uma eleição legislativa e presidencial ganha pelos islamitas da Irmandade Islâmica e que estes acabaram derrubados pelo exército – ou de Muammar al-Kadhafi, na Líbia, com a “Revolução Líbia”, iniciada a 13 de Fevereiro de 2011, e finalizada (?) com a morte de Kadhafi a 20 de Outubro, que pôs fim a 42 anos da “Revolução Verde” *kadhafiana*.

A volatilidade dos protestos e as suas implicações geopolíticas – estes movimentos acabaram por ter repercussões globais – chamaram a atenção mundial, pelo que a

revolução democrática árabe foi considerada a primeira grande onda de protestos democráticos do Mundo Árabe no século XXI.

Os protestos, de índole social e, no caso de Tunísia e Egipto, apoiadas pelo exército, foram causados por fatores demográficos estruturais, condições de vida duras promovidas pelo desemprego, ao que se aderem os regimes corruptos e autoritários, nascidos dos nacionalismos árabes dentre as décadas de 1950 e 1970, foram se convertendo em governos repressores que impediam, sobre todas as formas, a existência de uma oposição política credível, pelo que acabou por dar lugar a um vazio preenchido por movimentos islâmicos de diversas naturezas.

Naturalmente que não foram só causas políticas ou autoritárias que estiveram subjacentes à génese revolucionária árabe. As más condições de vida, além do desemprego e da injustiça política e social, a falta de liberdades políticas e cívicas, a alta militarização destes países e uma forte falta de infraestruturas em lugares onde todo o benefício económico ficava nas mãos de poucos e corruptos, tornaram possíveis estas revoluções.

Por esse facto, os protestos também estimularam alguns distúrbios semelhantes fora da região árabe, nomeadamente na costa ocidental de África.

2. Os estímulos revolucionários em África

Como se recorda, o Continente africano foi – e há quem atesta que ainda o é – marcada pelas colonizações europeias dando, historicamente, aparecimento de associações surgidas entre os países africanos – havendo quem tente evocar o surgimento das integrações regionais – como consequências de vinculações geradas pelo domínio colonial de uma metrópole em comum.

Sobre tal poderemos invocar o caso de alguns dos países envolvidos na Primavera Árabe: a Tunísia que foi ocupada por franceses, o Egipto por britânicos, ou a Líbia, por sua vez, pela Itália, ou que sofreram o desgaste da revolução árabe, como os casos de Marrocos ou da Argélia, ambos colonizados pela França e que se viram forçados a alterar algumas das suas políticas sociais para não serem absorvidos no vórtice da Primavera Árabe.

E não poderemos esquecer as proféticas palavras de Kadhafi quando sentiu o seu poder estar a desmoronar-se e numa tentativa de o evitar ao proferir que “se ele caísse, o caos e a guerra santa tomariam conta do norte da África”; o caos na Líbia parece durar – um Embaixador norte-americano foi morto por *jihadistas* em Bengazi, onde tudo começou; no Egito à Revolução da Juventude e à tentativa de islamização, mesmo que moderada, do país, deu lugar a confrontos entre militares egípcios e militantes islamitas; na Tunísia a revolução de Jasmim, parece ter entrado no outono floral com periódicas crises sociais; ou na Argélia onde um grupo islamita organizou e perpetrou a atrevida ocupação de uma instalação internacional de gás, fazendo reféns que incluíam mais de 40 americanos e europeus.

Talvez por essa evocação comum que alguns dirigentes africanos a sul do Sahara sentiram um acerrar do movimento revolucionário árabe a deslizar pelos seus países.

Recordemos, sinteticamente, alguns casos:

a. do Mali, que sentiu os efeitos pós-revolucionários do fim da crise da Líbia e do derrube de Kadhafi, com a entrada no norte do país de inúmeras forças militarizadas que apoiavam o antigo líder líbio e que chegaram a ocupar uma parte significativa do Mali levando o presidente – também ele um golpista – a solicitar apoio francês para libertar a região do poder *islamita-jihadista* alicerçado nos povos tuaregues e que quase conseguiram levar à criação de um novo país: Azawad;

b. na Mauritânia onde um inicial *Coup d'État* militar anti-constitucional acabou por dar lugar a um pequeno movimento liberal dos golpistas em parte sustentada nas manifestações populares que se registaram em Nouakchott e que, estranhamente, tiveram exteriorizações contrárias por parte do presidente da Assembleia Nacional, Messaoud Ould Boulkheir, líder da Aliança Popular Progressista (APP) que preferia um “diálogo construtivo¹” a manifestações de rua nomeadamente, através do reforço do salafismo que está a ganhar força, em especial através do partido islamita *Tawassoul*, embora ainda se mantenha como uma franja marginal na sociedade mauritana²;

c. no Chade, o retorno de muitos apoiantes de Kadhafi desestabilizou a já periclitante situação política e militar no país; não esqueçamos os vários conflitos fronteiriços líbio-

¹ http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2011/5/23/Presidente-Parlamento-rejeita-revolucao-popular,7851ac0a-66d4-47f1-92a7-294149b7b7db.html.

² In: <http://www.ionline.pt/artigos/mundo/mauritania-quando-desespero-se-torna-gasolina-da-revolta>.

chadianos que ocorreram durante o consulado de Kadhafi que tornou este antigo líder num importante “fiel de balança” e “temporizador” entre o Norte de África e o Sul da Europa;

d. no Níger vizinho do Mali e da Líbia, que suportou e enfrentou uma rebelião dos tuaregues no norte, entre 2007-2009 apoiados por Kadhafi. Suponha-se que com o fim do líder líbio a situação melhorasse. Todavia as acometidas do *Mouvement des Nigériens pour la Justice* (MNJ – Movimento dos Nigerianos pela Justiça), contra o consórcio Areva, liderado por empresas francesas, que explora minas de urânio no Níger, quase tornou inviável o maior país de África. Por outro lado, os tuaregues, os tubus e outros grupos minoritários de pastores tradicionalmente nómadas que circulam pelo norte montanhoso nigerino continuam a afirmar não verem que algum benefício lhes tenha chegado, ou às suas comunidades ou criações, nem mesmo depois que o preço do urânio ter alcançado uma cotação altíssima nos mercados internacionais – há quem, nos areópagos internacionais e, nomeadamente, no Mundo Ocidental, afirme, sem o provar, que o Níger é um dos maiores entrepostos de transição industrial radioactivo dos *jihadistas* (Flood, 2012);

e. na Nigéria, tal como no Mali, o maior país islâmico de África, sentiu o retorno dos tuaregues e de islamitas apoiantes de Kadhafi levando o Norte da Nigéria a se tornar numa região onde o islamismo além de predominante, é imperial; mas não só nesta região o efeito do *jiihadismo* se sente sem que o Governo Federal consiga minorar os danos devastadores. Também no delta do rio Níger esse impacto se faz sentir levando alguns nigerianos a exigirem do governo central medidas duras e imperativas contra os movimentos islâmicos que colocam em causa o sistema político nigeriano e a economia do país;

f. se nos países anteriormente visados o efeito da Revolução Árabe se fez por via interpolada e indirecta, nomeadamente com a fuga e “submersão” dos diversos países por elementos afectos a Kadhafi e fugidos da Revolução Líbia com impacto na vida social, política e económica desses países, houve um país onde o impacto da Primavera Árabe se fez sentir através de alterações sociais e políticas. Foi o caso da Costa do Marfim, em 2010. Neste país, foi a população que fez vingar, mesmo que depois pelo efeito das armas, junto do Presidente cessante ou derrotado nas urnas, Laurent Gbagbo, a necessidade de entregar o poder ao candidato vencedor, Alassane Ouattara. Este foi o

primeiro momento em que a Primavera Árabe fragmentou a unidade africana com alguns países a manterem o seu incondicional apoio a Gbagbo – entre estes, estava Angola, – e outros a aplaudirem a vitória de Ouattara;

g. também no Quênia tem emergido alguns movimentos populares em torno de um auto-denominado *March 4 Movement* (M4M – Movimento 4 de Março) liderado pelo ativista queniano Okiya Omtatah, que visa recrutar jovens para organizar protestos semelhantes aos realizados no Egito nos últimos anos. Segundo alguns analistas da África Oriental, é difícil para este movimento criar condições suficientes para desenlear uma “Primavera da África Oriental” apesar de uma série de protestos nas ruas e ameaças de greves no setor público ocorridos entre Abril e meados de Julho de 2013. Segundo um parlamentar queniano, Gideon Ochanda, as manifestações ocorridas “*são um bom indicador do grau de insatisfação entre os cidadãos, mas não há país na África Oriental com consciência política para sustentar o tipo de protesto que vimos no Mundo Árabe*”³ porque não esqueçamos que foram pessoas da classe média que desfraldaram as diferentes Revoluções Árabes e na África Oriental predomina uma classe operária sustentada por cidadãos muito pobres que não apresentam condições para suportar acções reivindicativas em massa.

h. finalmente, e em relação aos países do Norte de África que sentiram os efeitos da Revolução Árabe e de todos os subsequentes resultados, há que adicionar a presença no Norte e Centro de África do grupo *Al-Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM – Al-Qaeda no Magrebe Islâmico). Este grupo islamita é visto, segundo os respectivos prismas e interesses dos mais diferentes modos; para alguns, seria uma filial norte-africana da Al-Qaeda; para outros, uma organizada cobertura para velar um grupo criminoso transnacional que opera com sequestros e resgates e tráfico massivo de drogas; para uns terceiros intervenientes, mais não são que um grupo preparado, financiado e armado pelos argelinos do *Departement du Renseignement et de la Sécurité* (DRS), um departamento que coordena os serviços secretos argelinos.

i. também no Sudão, além da secessão da região sul – resultou no Sudão do Sul – resultante de um referendo patrocinado pelo Ocidente e sancionado e inspeccionado pela ONU, têm-se registado alguns confrontos sociais na capital sudanesa, Cartum, devido aos aumentos de alguns bens essenciais e pelo facto do Governo ter retirado os

³ <http://ips.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=9694>.

subsídios aos combustíveis. Há quem reveja nestas manifestações anti-governamentais uma pequena imagem e extensão da Primavera Árabe.

3. Efeitos ou consequências da primavera árabe em Angola

Apesar dos diferentes efeitos que a Primavera Árabe teve no Continente africano, e directa ou indirectamente, aqueles foram inequívocos e que podem ser melhor aquilatados nas diferentes obras e teses que, entretanto, têm vindo a surgir, há um facto que é indesmentível, embora haja quem manifeste opinião contrária; em Angola o efeito é – ou foi – quase nulo apesar de se verificarem, periódica e quase à vez, alguns momentos de indisciplina popular.

Uma das principais razões para o quase nulo efeito mediático e popular das revoluções árabes, prendeu-se com o facto de Angola ter acabado de sair de um conflito armado – que de baixa intensidade nada teve apesar de ser considerado uma guerra-civil – e estar a começar a dar os primeiros passos no caminho do desenvolvimento económico e, esperava-se, político e social.

Por outro lado, ao fim da guerra-civil havia que acrescer que a comunicação social estava – está, pelo menos a imprensa diária (ainda só há um único jornal), a televisão e a rádio – dominada pelo partido maioritário e, por extensão, pelo Governo.

Também na altura as redes sociais angolanas estavam quase todas sedeadas no exterior – paulatinamente constata-se que isto se vai alterando com um aumento significativo de internautas angolanos no país – pelo que os efeitos práticos da Primavera Árabe passavam bem e muito ao lado dos angolanos.

Todavia a emergência das primeiras eleições legislativas em Angola após a Declaração de Paz de Luena entre o Governo e a UNITA, fez despontar novos partidos, alguns dos quais usaram os seus tempos de antena – os que o conseguiram – e os aparelhos políticos para começarem a questionar as políticas sociais, económicas e partidárias do bem estruturado aparelho partidário maioritário, suporte natural do Governo angolano.

E esse questionamento tornou-se mais operacional após as últimas eleições e com ela o nascimento de um movimento popular contestatário, ainda que insípido, quer sobre as

políticas governativas quer quanto à permanência, ainda que legitimada pelo voto popular, de Eduardo dos Santos na presidência.

Todavia, há que realçar que durante as eleições de 2012 a participação da Sociedade Civil e a fraca capacidade financeira dos partidos políticos emergentes tornou estas eleições numa das menos motivadas, por, como afirmava Serra Bango, da Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), considerarem que o processo eleitoral representou um “fracasso” na democratização do país⁴.

Na realidade e apesar das críticas de Bango, a partir de 2011 começaram a surgir movimentos contestatários como a “*Plataforma 3 de Setembro*” – manifestação organizada nesta data – visando alterações sociais diversas, entre elas, a “*democraticidade da vida política nacional*” (Almeida, 2011). Foi o primeiro grande acto contestatário ao governo angolano tendo, na sequência, sido criada uma página com este nome numa rede social.

Por essa altura um *rapper* nacional, Mona Dya Kidi, afirmava que em Angola “*vive-se uma democracia com medo*” enquanto Bento Sebastião Bento, o actual Governador da Província de Luanda, declarava que quem tentasse “*manifestar-se será neutralizado, porque Angola tem leis e instituições e o bom cidadão cumpre as leis, respeita o país e é patriota*” (Castro, 2013).

No entanto, a primeira grande manifestação anti-governamental, ou vista como tal, foi convocada pelas redes sociais para 7 de Março de 2011. As reacções dos governantes foram totalmente desproporcionais com uma estratégia adoptada de exaltação do medo fazendo crer que a realização de tal manifestação significaria o retorno à guerra e atribuindo a autoria da manifestação a certos sectores da UNITA, ao ponto de um navio que transportava armas legalmente importadas pelo governo do Quénia, ter sido apresentado como prova de que alguém pretendia o retorno à guerra em Angola. Só um punhado de jovens que atendeu à convocatória (menos de uma dezena) e dois jornalistas, foram detidos no Largo da Independência e Luanda conheceu um sábado atípico pois a maior parte da população, à cautela, preferiu permanecer no seguro dos

⁴ In Rádio Deutsch Welle online (<http://www.dw.de/sociedade-civil-angolana-est%C3%A1-menos-vibrante/a-16202301>)

seus lares enquanto um dispositivo policial descomunal tomava de assalto as ruas (Luielele, 2012).

A segunda grande manifestação ocorreu a 2 de Abril, desta vez extrapolou as redes sociais e caracterizou-se por uma convocatória estruturada com uma organização minimamente organizada e instituída que seguiu os termos constitucionais – foi a primeira a segui-la – ou seja, cumpriu a formalidade de comunicar ao Governo Provincial de Luanda e este acabou anuindo pela realização da mesma. Especta-se que tenha estado presentes cerca de 300 jovens que usaram da palavra *“para exaltar a importância da liberdade de expressão, reunião e manifestação e manifestaram-se contra o carácter autoritário patente no regime de Eduardo dos Santos e a longevidade do seu consulado”* (Luielele, 2012).

A terceira grande manifestação, realizada na capital, foi a já referida de 3 de Setembro e a última grande manifestação deveria ter ocorrido a 3 de Dezembro de 2011 mas as autoridades fizeram abortar a mesma; note-se que desde esse período todas as manifestações que pudessem ter ocorrido foram frustradas pelo governo provincial, evocando, na maioria das quais, *“devido a ordens superiores”* nunca explicitadas a proveniência.

A partir daí, e depois das eleições legislativas, pode-se dizer que foram mais as manifestações provocadas, convocadas e efectuadas nas redes sociais que fisicamente realizadas. Ainda recentemente uma manifestação convocada, primeiro pela via de uma jovem de 17 anos – e que se encontra detido desde essa altura e sem que o advogado tenha conseguido contactá-lo –, numa conferência de Juventude organizada pela presidência, que trazia vestida uma t-shirt com dizeres anti-governamentais, teve mais a presença de forças policiais, militarizada e jornalistas que propriamente manifestantes.

A referida manifestação, que deveria ter sido realizada a 19 de Setembro de 2013, teria sido convocada por uma organização identificada como Movimento Revolucionário Angolano (MRA) que, uma vez mais e apesar de ter anunciado, previamente, a sua convocatória ao governo provincial, foi por este classificada como ilegal. Jornalistas nacionais, entre eles, o vice-líder do sindicato dos jornalistas angolanos e membro partido político (do Bloco Democrático) e estrangeiros foram detidos ou identificados pelas autoridades presentes. A maioria dos jornalistas estrangeiros presentes estavam

em Luanda para a cobertura do 41º campeonato do Mundo de Hóquei em Patins, organizado por Angola..

Também a 15 de Junho de 2013, a província da Lunda-Norte – zona diamantífera –, tal como verificado em Luanda, teve uma manifestação significativa apoiada pelo PRS, segundo partido mais votado na região, e visava manifestar um vivo “*repúdio à vaga de violência contra camponesas na região*”. A polícia e os militares tentaram impedir as manifestações contrariando o art.º 47 da Constituição, nos seus parágrafos 1 e 2, que diz não ser necessário solicitar autorização às autoridades provinciais (§1) mas, tão-somente, indicar, previamente, o dia e o local da manifestação à autoridade competente (§2). De notar que esta região já tinha sido alvo de uma outra manifestação em Dezembro de 2011, quando alguns milhares de pessoas saíram à rua em Cafunfo para protestar contra a presença de uma empresa privada de segurança que estava a ser acusava de ser a executora do grosso das violações sistemáticas contra os direitos humanos, a favor de uma sociedade mineira, que explora diamantes na região⁵.

Uma das reacções mais perceptíveis a estas manifestações malogradas vem do exterior e está a decorrer no parlamento europeu com uma eurodeputada socialista, Ana Gomes, a dirigir uma carta ao presidente da Comissão, Durão Barroso, a contestar as detenções da Polícia Nacional e às consideradas violações dos Direitos Humanos e políticos dos angolanos. Também a Amnistia Internacional tem feito ouvir a sua voz contestando as detenções que vão ocorrendo em nome da “ilegalidade das manifestações”

Todavia não deixa de ser pertinente evidenciar as conversas que o antigo primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, vem mantendo com a comunicação social a alertar o Governo de possíveis manifestações e revoltas populares “*a semelhança do que ocorreu na Tunísia, Egipto e na Líbia, caso o MPLA, partido no poder, [caso] não efectue profundas reformas democráticas*” reafirmado e sublinhando que Angola deverá conformar as leis internas com os tratados internacionais e caso as autoridades continuem a enveredarem por aquilo a que Moco chama de «*fechadura*» “*arrisca-se mais tarde ou mais cedo a ter consequências semelhantes daquilo que se observa na África do Norte*”⁶.

⁵ Ver mais em <http://makaangola.org/2013/06/17/mani/>

⁶ Marcolino Moco em declarações à Voz da América (VOA), em 26 de setembro de 2013, (<http://www.voaportugues.com/content/article-09-05-2011-expmwars-voanews-129263313/1261044.html>)

Conclusão

Apesar de parecer que Angola, em parte pela longevidade do consulado de Eduardo dos Santos à frente da presidência de Angola – cerca de 34 anos – embora recentemente legitimado pelo voto legislativo que “indicava” o candidato do partido mais votado como Chefe de Estado, conforme o art.º 109 n.º 1 da Constituição, e que pode por via disso estar à frente dos destinos da Nação angolana mais 10 anos (2 mandatos de 5 anos, conforme art.º 113, n.º 2), aliado ao facto de haver algumas gritantes disparidades sociais e desigualdades económicas dentro do país, poderia ser um palco privilegiado para manifestações na linha do que tem ocorrido na África do Norte, na realidade o pensamento angolano é um pouco contrário a essas manifestações de cunho vincadamente anti-governamental.

É preciso recordar que Angola saiu de uma guerra-civil há poucos anos e que alguns estigmas ainda estão presentes no carácter angolano. Por outro lado os problemas cívicos costamarfinenses foram inteligentemente explorados pelos analistas políticos próximos das autoridades governamentais angolanas a seu favor, mostrando que, apesar de toda a liberdade manifestada e obtida pelas partes políticas de Côte d’Ivoire (Costa do Marfim) constatou-se que dois potenciais vencedores das presidenciais estiveram em presença – cada um reivindicou a vitória – sendo que um não acatou as recomendações do Comissão Eleitoral e outro demonstrou ter sido falsário na votação levando forças internacionais não africanas a intervirem em defesa do opositor que tinha sido considerado vencido pela citada Comissão

Isso fez com que os angolanos temessem que a sua campanha eleitoral legislativa-presidencial pudesse ser colocada em causa e o espectro da guerra-civil foi evidenciado pelos aparelhos de marketing político presentes nas diversas campanhas.

Em face disso, quando são convocadas manifestações anti-governamentais por norma ou são “ilegalizadas” e impedidas de realização – numa delas o governo provincial chegou a exigir que a mesma se realizasse num determinado local, que mais não era que um pequeno campo desportivo – ou são acompanhadas de contra-manifestações pró-governamentais lideradas pelo partido maioritário e sem restrições.

Não é de estranhar, por isso, que, periodicamente, surjam manifestações anti-governamentais ora realizadas por angolanos no exterior e frente a consulados angolanos – normalmente sem expressão numérica, mas ainda assim alvo de cobertura jornalística internacional – ora como a que eurodeputada Ana Gomes está a protagonizar e que já obrigou o presidente da Comissão, Durão Barroso, a declarar que iria tomar uma posição, face às denúncias da eurodeputada, da Amnistia Internacional e, recentemente do partido alemão, Os Verdes.

Bibliografia

Almeida, Eugénio Costa, *E depois da manif de 3 de Setembro?*, in Notícias Lusófonas, publicado em 06/09/2011, (<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=29425&catogory=ECAAlmeida>)

Castro, Orlando, *Quando o Povo vive com medo é porque não existe democracia*, in semanário Folha 8, edição de 27 de Julho de 2013;

Flood, Derek Henry, *Arab Spring bleeds deeper into Africa*, in Asia Times Online (http://www.atimes.com/atimes/Middle_East/NC24Ak01.html); (versão portuguesa “Mali: o sangue invisível da “Primavera Árabe” in: <http://redecastorphoto.blogspot.pt/2012/03/mali-o-sangue-invisivel-da-primavera.html>);

Guidère, Mathieu, *O Choque das Revoluções Árabes; Da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão*, Prefácio de Pezarat Correia, Lisboa, Edições Almedina, 2012;

Joffé, George, *A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro*, in http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000200006&script=sci_arttext;

Luielele, Maurílio, *O ano das Manifestações*, in: Maka Angola, 6 de Janeiro de 2012, (<http://makaangola.org/2012/01/06/o-ano-das-manifestacoes/>);

Noueihed, Lin & WARREN, Alex, *The Battle for the Arab Spring: Revolution, Counter-revolution and the Making of a New Era*; London, Yale University Press, 2012;

Tomás, Maria João, *Da Primavera ao inverno Árabe*, Lisboa, edição Temas & Debates / Círculo dos Leitores, Maio 2013;

Portais:

- Norte de África: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/mundo/noticia/2013/01/norte-da-africa-mergulha-no-caos-apos-primavera-arabe-4026655.html>;

- *Mauritânia:*
http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/africa/2011/5/23/Presidente-e-Parlamento-rejeita-revolucao-popular,7851ac0a-66d4-47f1-92a7-294149b7b7db.html;
<http://www.ionline.pt/artigos/mundo/mauritania-quando-desespero-se-torna-gasolina-da-revolta>;
- *Quénia:* <http://ips.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=9694>;
- *Angola:*
<http://www.dw.de/sociedade-civil-angolana-est%C3%A1-menos-vibrante/a-16202301>;
<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=29425&category=ECA Almeida>;
<http://makaangola.org/2013/06/17/mani/>;
<http://www.voaportugues.com/content/article-09-05-2011-expmwarns-voanews-129263313/1261044.html>;